

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL

ANE CAROLINE SANTOS SILVA

PSICOLOGIA E CIÊNCIA: A FILOSOFIA DA PSICOLOGIA DE WITTGENSTEIN E O
ARGUMENTO DA LINGUAGEM PRIVADA

MACEIÓ/AL

2024.

ANE CAROLINE SANTOS SILVA

PSICOLOGIA E CIÊNCIA: A FILOSOFIA DA PSICOLOGIA DE WITTGENSTEIN E O
ARGUMENTO DA LINGUAGEM PRIVADA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Bacharel em Psicologia da Universidade
Federal de Alagoas como requisito para obtenção do
grau de Graduado em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcus José Alves de Souza



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PSICOLOGIA
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



TERMO DE APROVAÇÃO

ALUNA: ANE CAROLINE SANTOS SILVA

TÍTULO

PSICOLOGIA E CIÊNCIA: A FILOSOFIA DA PSICOLOGIA DE
WITTGENSTEIN E O ARGUMENTO DA LINGUAGEM PRIVADA

BANCA EXAMINADORA:



Documento assinado digitalmente

MARCUS JOSE ALVES DE SOUZA

Data: 02/12/2024 11:30:52-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcus José Alves de Souza
ORIENTADOR



Documento assinado digitalmente

MARIA AUXILIADORA TEIXEIRA RIBEIRO

Data: 28/11/2024 19:25:37-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro
AVALIADORA

APROVADO EM 28/11/2024



Documento assinado digitalmente

SAULO LUDERS FERNANDES

Data: 02/12/2024 19:56:53-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Saulo Luders Fernandes
COORDENAÇÃO DE TCC

MACEIÓ

2024

FOLHA DE APROVAÇÃO

AUTOR: ANE CAROLINE SANTOS SILVA

(Psicologia e ciência: A filosofia da psicologia de Wittgenstein e a proposição gramatical / Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia, da Universidade Federal de Alagoas na forma normalizada e de uso obrigatório)

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Curso de Graduação Bacharel em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em 21 de novembro de 2024.

Prof. Dr. Marcus José Alves de Souza, UFAL (Orientador)

Profa. Dra. Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro, UFAL) (Examinadora)

RESUMO:

O trabalho propõe-se a explorar a discussão realizada por Wittgenstein a partir de sua análise sobre a concepção mentalista, em específico, a filosofia de Descartes. Para tanto, a perspectiva wittgensteiniana é considerada como possibilitadora da superação da metafísica, esta tida como principal problemática para a compreensão de conceitos e expressões psicológicas e filosóficas, o que será apontado no decorrer deste trabalho. Assim, considera-se o percurso de estabelecimento da psicologia como ciência como ponto de partida para o que se pretende discutir acerca do argumento da linguagem privada, este como principal meio pelo qual Wittgenstein desenvolve sua crítica ao cartesianismo. Dentro disso, alguns conceitos e expressões utilizados pelo filósofo para pensar o papel da linguagem são expostos em articulação à crítica acerca de uma visão internalista.

Palavras-chave: Psicologia, Linguagem, filosofia da mente, Descartes, Wittgenstein.

INTRODUÇÃO

SUBSTÂNCIA - 1ª de estrutura necessária.

(ABBAGNANO, 2007, p. 925)

Para pensarmos a psicologia em um estudo de seu *status* como principal intermediário para sua compreensão enquanto disciplina científica, separamos conceitualmente o que é Psicologia e o que é Ciência. Neste exercício, destacam-se, respectivamente, a dificuldade na compreensão de certos elementos da experiência psicológica, como a contingência dos fenômenos ditos ontológicos e, paralelamente, o estabelecimento de critérios para uma compreensão e ordenação do fazer científico como norma discursivamente estabelecida dentro do que se pode entender como uma cosmovisão. A partir disso, torna-se possível observar, em um estudo dos fundamentos desse campo do conhecimento, a generalização de seus critérios investigativos e a decorrente padronização de seu objeto de estudo, no caso, quando se trata de uma concepção do que denominamos por eu.

Assim, a psicologia, como ciência, em seus primeiros anos dentro de tal prática, encontra nessas dificuldades o meio pelo qual serão expostas e desenvolvidas suas atividades. Com isso, ainda que se justifiquem razões pelas quais seja possível discorrermos acerca da necessidade de que a psicologia se constitua como um constructo científico, na contramão do que se estabelece como ausência de critérios científicos, questionamentos urgentes surgem continuamente

em sua prática, isto, quando encarada dentro de uma narrativa hegemônica acerca do que é considerado como valor científico.

Como balizador da discussão, o conceito de "eu" e seus análogos — razão, interior, consciência, mente, anímico, psiquismo — encontram-se como vetores de tantas outras formas de tratar critérios do que se nomeia por conhecimento. Contudo, com as primeiras experiências em busca do *status* científico, o estudo, a partir da consideração de aspectos psicológicos, depara-se com a inconveniência dos fatos imediatos. Com Wundt e seu laboratório de psicologia, a instância do imediato coloca o primeiro desafio decorrente da intenção de isolar e examinar o objeto de estudo pretendido para a psicologia científica (ABBAGNANO, 2007, p. 743).

Assim, a diferença entre fenômenos empíricos e fenômenos internos passa a ser estabelecida a partir de critérios que marcam o limite entre o que é considerado como conhecimento e o que é tido apenas como especulação. Para tanto, a problemática que incide sobre a abordagem psicológica e seu fazer científico se manifesta através de comparativos entre a validade dos critérios empíricos das outras ciências e os da psicologia que, com a concepção moderna de objetividade lança a psicologia à demanda pela delimitação de um objeto de estudo próprio a esse campo, que se daria pelo o "eu". Assim, se utilizando da investigação analítica/filosófica sobre a transparência do *cogito* e sua dimensão epistemológica no dualismo mente-corpo como meio para garantir sua validação científica (DESCARTES, 1999; FIGUEIREDO, 1945).

Todavia, contrariamente ao que pregam as correntes positivistas, a ausência de um objeto observável, e, por isso mesmo, passível de uma investigação propriamente dita, colocaria a falta de objetividade como grande empecilho para a validação de um *status* científico da psicologia, já que seu objeto não se encontra como algo palpável. Entretanto, recorrendo a uma metafísica para o estatuto psicológico garante-se a validação de um problema que, mesmo de difícil delimitação, se encontra como grande exigência para um idealismo almejado, que se daria pela necessidade de uma coesão social ou, nos termos positivistas, uma

física social (COMTE, 1978, p.19). Com isso, a generalização de uma concepção de ser humano, decorrente de uma ontologia fixada, torna-se valorativa.

Como consequência, a crítica do que se nomeia, dentro da história do pensamento ocidental, por “interioridade” ou “vida interior” acaba por articular-se à reflexão proposta pela confluência entre duas áreas do conhecimento: a filosofia e a psicologia, a primeira como meio fundamental do qual derivam as outras ciências. Em seus primeiros passos como meio para obter conhecimento, a psicologia tomou emprestadas questões tradicionais da filosofia e, continuamente, precisou recorrer a ela para tomar a centralidade de seus problemas de investigação dentro de um modo de atuação que não deixa de lado o “material humano” em suas mais variadas facetas e ações - Aqui, o reconhecimento do ideal de objetividade, há fatores subjetivos e indivíduos permanentemente em ação (FIGUEIREDO, 1945, p.58).

Assim, da dificuldade de se tornar independente até a obtenção do *status* de disciplina científica, sistemas e teorias psicológicas surgem balizando o caminho percorrido e enfatizando, por assim dizer, a atividade prática de seu agente. Entretanto, como um dos problemas que comumente permeiam o fazer científico em psicologia, o problema do conhecimento (epistemologia) encontra-se presente nas mais diversas abordagens psicológicas. Como e por meio do que conhecemos atravessa uma série de discursividades, pondo em xeque o que nomeamos por consciência e interioridade, já que tais ideias sobre estes conceitos encontram-se envoltas em uma diversidade de concepções e até mesmas formulações.

Em contrapartida, já na virada do que se concebe por pensamento moderno, e na entrada da contemporaneidade como estruturadora de novas perspectivas acerca destas mesmas questões, Wittgenstein emprega um tipo de revisão dos conceitos de ordem fundamental, assim como das práticas de seu uso, seja fora ou dentro de um fazer científico. De sua análise gramatical dos conceitos empregados para o que se pretende dissolver como metafísica e recolocar no plano de nossa linguagem ordinária, ou seja, ao conjunto de suas práticas constitutivas (PERUZZO JÚNIOR, 2011, p.57), até a reflexão acerca do uso das palavras, chegando em sua teoria do significado. O filósofo aborda questões relativas ao modo como

concebemos o pensamento e sua atuação efetiva, objetivando colapsar solipsismos dos mais diversos – seja com a máxima cartesiana, seja com o behaviorismo de Watson.

Assim, assumindo aqui a investigação pragmática de Wittgenstein sobre a linguagem como referência, o pensamento ocidental é considerado através do problema filosófico comum entre duas épocas, a marca da cultura antiga e o fascínio do homem pós-moderno no mundo ocidental (PERUZZO, 2011, p.21). Portanto, considerando-se a natureza de uma vida interior, comumente relacionada aos conceitos de consciência, mente, interioridade, razão e alma. Logo, cabendo para início da discussão, um breve apanhado acerca da proposição cartesiana “Ergo Sum” e sua epistemologia, uma vez que ambas inauguram a filosofia moderna por meio da reformulação sobre o problema dualista mente e corpo. Tal proposição e seus desdobramentos serão compreendidos pela crítica realizada por Wittgenstein, através de sua análise gramatical sobre os conceitos empregados.

Desse modo, como principal aspecto da filosofia cartesiana considera-se o problema da cisão mente e corpo, o dualismo que, de acordo com sua expressão, atribui autoridade máxima à privacidade interior (MASLIN, 2009, p.28). Isso acaba por assegurar que é por meio da nossa consciência que conhecemos todas as ações da mente sobre o corpo. Com isso, o corpo, como domínio pouco usual, torna-se um mecanismo que se faz valer através de um “ventriloquismo” que serve apenas para enfatizar a capacidade “intelectual” de uma razão – mente, alma, consciência privada.

Assim, de acordo com a herança cartesiana, duas substâncias com realidades distintas, a corpórea e a espiritual, encontram-se delimitadas descritivamente por propriedades conceituais estabelecidas através do método da dúvida hiperbólica, comportando um afastamento do mundo externo para o conhecimento da certeza indubitável (PERUZZO, 2011, p.34). Desse modo, para Descartes, seu modo de compreensão da razão se dá através da atividade de coloca-la como uma substância existente e independente do elemento sensível (corpo).

Como efeito da sistematização cartesiana, de seu argumento desenvolvido através de cadeias lógicas, como na aritmética – defendida por este como modo de formulação de questões mais competentes quando em comparação com outras ciências que usam princípios compostos, como a medicina e a astronomia (DESCARTES, 2000, p.21) -, cria-se o *modus operandi* das afirmações acerca da reestruturação das ciências e do conceito de consciência e sua privacidade epistêmica. Para tanto, de sua alegação a um direito inato à subjetividade privada faz surgir, posteriormente, a necessidade de uma ciência que abarque as demandas desse novo objeto de estudo.

Nesse sentido, tem-se a reconfiguração da compreensão de ciência tal como a compreendemos, além dos primeiros projetos de psicologia como ciência independente, configurando o que se nomeia por pensamento moderno (FIGUEIREDO, 1945). Em síntese, de acordo com Figueiredo (1945), a subjetividade surge como pré-condição sociocultural para o surgimento da psicologia como ciência no século XIX, tornando a experiência subjetiva privatizada. Contudo, por diversos caminhos, tal noção passa por duras críticas, "colocando em xeque a soberania do "eu", seja o "eu" da razão, seja o "eu" dos sentidos purificados" (FIGUEIREDO, 1945, p.34).

Com Descartes, através da codificação de seus argumentos estabelecidos por critérios particulares – como sua descrição da razão, sua sistematização acerca do funcionamento do corpo e da mente –, dá-se o modo de operar circunscrito em uma cientificidade que se efetua através de coordenadas oferecidas por esse método, quando considerada sua melhor possibilidade de compreensão que, por sua vez, pretende colocar como proposição o fundamento universal de nossa capacidade cognitiva: o "eu" dotado de consciência.

Com isso, levando em conta o tratamento conceitual da ordem dos conceitos psicológicos, o estudo crítico e a análise dos critérios encontrados na investigação psicológica se dá através de subdivisões do que se convencionou chamar de sensações e “atividades mentais”, delineando interações entre estas dimensões que se dariam através de um dinamismo complexo, difícil de ser captado e

observado, cuja conclusão segue apenas de suposições, articulações possíveis – ou impossíveis – entre algumas reações de caráter similar, como, por exemplo, o comportamentalismo e o mentalismo. Contudo, o que prevalece é a constatação de algumas implicações do discurso cartesiano em nosso modo de conceber nossa linguagem e nossa ação/relação com o mundo e as coisas, sendo, por isso, objeto de crítica deste trabalho (MASLIN, 2009; PERUZZO, 2011).

Diante disso, de acordo com a discussão exposta até aqui, pretende-se o seguinte percurso: 1) Buscar expor uma crítica à metafísica de Descartes, partindo de sua máxima “penso, logo, existo”, dando continuidade à alegação de que tal pensamento permanece como principal marca em nossas práticas linguísticas e constitutivas, usando o argumento wittgensteiniano acerca da linguagem privada como modo de enfatizar a problemática que se pretende destacar no pensamento cartesiano; 2) Apresentar uma breve introdução à filosofia de Wittgenstein. Para isso, apresenta-se algumas expressões presentes em seu trabalho *Investigações Filosóficas* (IF) e, em decorrência desses, sua concepção contra a linguagem privada; 3) Desenvolver uma reflexão sobre o plano de exteriorização de nossas práticas linguísticas em contraposição à lógica internalista.

1. Descartes e o parâmetro informativo

De acordo com o *cogito*, segundo sua concepção mentalista, a condição de consciência da subjetividade proporciona o predomínio dos pensamentos pela via racionalizada. Assim, quando em seus termos ontológicos, ao ser pensante é atribuída a característica inata de sua cognição, a condição de fixação de princípios internos é garantida, possibilitando a esse ser sua razão, "através da descoberta dos conhecimentos cuja verdade não poderia ser refutada e da fixação da diferença ontológica entre pensamento e mundo externo" (MILMAN, 1996, p.100).

Assim, para a filosofia cartesiana, até mesmo sua proposição "penso, logo, existo", ser aceita como plano de conhecimento para o que mais tarde se denominaria por pensamento moderno, ela precisou cair em uma convenção que a legitimasse como condição de possibilidade de um ideal almejado, no caso, o estabelecimento de um sentido único para a operação das ciências. A partir disso, o uso de sua metafísica, em que esta atribuirá o sentido de consciência de modo generalizado e auto imposto, torna-se central para o entendimento de todo um empreendimento filosófico que, posteriormente, se tornará base para a obtenção do *status* científico.

Para isso, são articuladas sua ontologia e epistemologia em um plano operatório metafísico, e seu agente, o sujeito do conhecimento, como meio de fixação de um sentido. Daí, a instância privada legitimada como condição que viabiliza a peculiaridade desse mesmo agente é concebida como meio seguro para o fazer científico, uma vez que a confiabilidade atribuída a esse ser racional engendra, em sua realidade interna instituída, um meio indissolúvel para a sua efetivação. Assim, Descartes (1999) reflete:

§4 [...] não sou, portanto, eu pelo menos algo? Mas, já me neguei a posse de todos os sentidos e de todo corpo. Hesito, entretanto, pois, que resulta disso? Acaso, estou atado assim ao corpo e aos sentidos que, sem eles, não posso ser? Mas, já me persuadi de que não há no mundo totalmente nada, nenhum céu, nenhuma terra, nenhuma mente e nenhum corpo. Portanto, não me persuadi de que eu, também, não era? Ao contrário, eu certamente era, se me persuadi ou se somente pensei algo (DESCARTES, 1999, p.37).

A partir disso, Descartes postula sua metafísica do ser pensante no comprometimento de seu inatismo e autonomia como dados ao pensamento, tomando a concepção acerca do pensamento e do mundo assimétricas, já que apenas se pode afirmar algo verdadeiro ao ser pensante, e todo o resto passa por falso e duvidoso (ANDRADE, 2009, p.134). Com isso, o estatuto de sua epistemologia busca demonstrar a possibilidade de obtenção de conhecimentos verdadeiros (MILMAN, 1996, p. 99) através do exame das condições de ocorrência da adequação entre pensamento e coisa, não mais atribuindo uma correspondência, supostamente abstrata, entre os âmbitos ontológicos (do mundo e das coisas neste mundo). De acordo com Andrade (2009),

[...] pouco a pouco no desenvolvimento de seu projeto, Descartes converte as razões de duvidar de todas as coisas em crenças na falsidade de todas as coisas. Assim, observamos, como a sólida crença sobre esta falsidade das coisas no mundo, estabeleceu um paradigma de interpretação da realidade que, limita o existir no mundo às ideias e representações que o ser possui do mesmo (ANDRADE, 2009, p. 134).

Portanto, a atividade de descrever uma dimensão interna possibilitaria, para fins mais concretos, uma visão imparcial da dimensão ontológica, que repercutiria, por assim dizer, em uma “compreensão” do *cogito*. De acordo com essa ideia, a partir de seu autodomínio interno, consegue-se, idealmente, a objetividade pretendida através da delimitação deste foro íntimo, não se limitando apenas a sua nomeação (MILMAN, 1996). Entretanto, existe um empecilho que, por sua vez, corrobora com o argumento que abre a discussão sobre a autonomia da alma em relação ao corpo: as sensações. Estas encontram-se em um domínio desconexo da razão, o que acaba por tornar indistinta qualquer ação que se pretenda delas sobre o sujeito pensante.

Localizadas no corpo, as sensações parecem como que subordinadas à razão, ainda que não completamente dominadas por esta.

Desse modo, para Descartes o campo dos sentidos é atravessado pela razão, e o foco de sua metafísica encontra-se contido na superação da ideia de que os sentidos podem ser admitidos como fonte de conhecimento (ANDRADE, 2009, p.137). Dentro disto, a problemática da experiência concebida empiricamente é postulada através do privilégio a uma posição que denominamos hoje em filosofia como racionalista. Assim, o corpo e o meio no qual encontra-se contido passam por secundários em seu sistema de coordenadas para obtenção do conhecimento. A este respeito, em sua sexta meditação, Descartes expõe,

[...] A natureza me ensina, também, por esses sentimentos de dor, fome, sede, etc., que não somente estou alojado em meu corpo, como um piloto em seu navio, mas que, além disso, lhe estou conjugado muito estreitamente e de tal modo confundido e misturado que compoño com que ele um único todo. Pois, se assim não fosse, quando meu corpo é ferido não sentiria por isso dor alguma, eu que não sou senão uma coisa pensante, e apenas perceberia este ferimento pelo entendimento, como o piloto percebe pela vista se algo se rompe em seu navio; e quando meu corpo tem necessidade de beber ou de comer, simplesmente perceberia isto mesmo, sem disso ser advertido por sentimentos confusos de fome e de sede. Pois, com efeito, todos esses sentimentos de fome, de sede, de dor, etc., nada são exceto maneiras confusas de pensar que provem e dependem da união, e como que da mistura entre o espírito e o corpo (DESCARTES, 1973, p. 144, apud. ANDRADE, 2009, p. 147).

Para Descartes, para o corpo ser admitido como algo existente, antes precisa-se de um intermediário que o ligue a sua esfera pensante, a saber, os sentimentos, seriam eles que tornariam possível uma relação entre corpo e alma. Contudo, Descartes não deixa de enfatizar “uma distinção das ordens do entendimento, em que a natureza se limita a conceder uma informação biológica que será decifrada pela razão” (ANDRADE, 2009. P.147). Em suma, Descartes reafirma a ideia de uma natureza racionalistas como meio para seu estatuto científico, a este respeito,

[...]ele aceita a distinção comum estabelecida pela Física da época entre corpo e alma. Esta opinião, sobre o que seja a natureza do eu, considera, nas palavras de Descartes, o corpo físico como "uma máquina composta de ossos

e carne" (DESCARTES, 1973, p.101), extensa e passível a percepção sensível. Por outro lado, a alma seria uma "um ar muito tênue" que insinua o movimento do corpo e torna-se, portanto, responsável pelo pensamento. Deste modo, Descartes preza como "natural" esta faculdade da alma e exclui a experiência perceptiva e a natureza corpórea novamente do processo psicológico de apreensão do conhecimento (ANDRADE, 2009, p.142).

Para tanto, do processo psicológico de apreensão do conhecimento, Descartes utiliza uma estrutura interna operante que se pretende autodescritiva. Assim, ao pensamento não se atribui somente um caráter dado, mas também, um movimento. Tal movimento, garante, por assim dizer, "a articulação de um critério geral de obtenção de proposições particulares verdadeiras; tais proposições viriam a confirmar, por meio de experiências de um tipo especial, o que a definição apenas sugeria ser possível" (MILMAN, 1996, p.99). Para tanto, o processo da dúvida hiperbólica e a decorrente delimitação do constructo mental privado passam por processos naturais e essenciais.

Assim, a norma assumida para o lograr da verdade no sistema cartesiano ganha uma dimensão explicitamente epistêmica, tornando produtiva uma regra de obtenção de conhecimentos verdadeiros (MILMAN, 1996, p.99). De acordo com Milman, Descartes procurava obter vantagens epistemológicas "como a fixação de um parâmetro informativo (e não somente lógico) para a verdade, "que o levaria a definir taticamente o que podemos conhecer como verdadeiro ou falso" (MILMAN, 1996, p.99). Em suma, a busca pelas incertezas e certezas do mundo, como movimento próprio as dúvidas e crenças cartesianas, "seria um instrumento que proporcionaria ao homem o reconhecimento de si mesmo como um ponto finito passível do encontro com alguma certeza" (ANDRADE, 2009, p.148). Assim, reafirmando continuamente sua máxima,

§ 7. Eu, eu sou, eu, eu existo, isto é certo. Mas, por quanto tempo? ora, enquanto penso, pois, talvez pudesse ocorrer também que, se eu já não tivesse nenhum pensamento, deixasse totalmente de ser. Agora, não admito nada eu não seja necessariamente verdadeiro: sou, portanto, precisamente, só coisa pensante, isto é, mente ou ânimo ou intelecto ou razão, vocábulos cuja significação eu antes ignorava. Sou, porém, uma coisa verdadeira e verdadeiramente existente. Mas, qual coisa? já disse: coisa pensante (DESCARTES, 1999, p.43).

Contudo, ao assumirmos a perspectiva Wittgensteiniana já em um início de uma exposição de sua crítica, a construção da máxima cartesiana “Ergo sum” encontra-se como uma atitude proposicional (GLOCK, 1998, p.287). Neste sentido, caberia o entendimento de como o *cogito* se realiza nas atividades linguísticas em contraposição a uma noção metafísica. No caso, de como esta máxima atua como construtora de sentido de modo que participe das ações que moldam os discursos e práticas acerca de uma representação do ser pensante. Com isso, o conceito de consciência dentro desse modelo tradicional, passa a operar como significado ativo de uma linguagem intersubjetiva, no caso, relativo à proposição “os homens são conscientes”, sendo entendido neste sistema como uma proposição gramatical, remetendo as ações dos indivíduos em relação uns com os outros (DONAT, 2012, p. 174).

Assim, segundo Glock (1998), para Wittgenstein em seu questionamento sobre a análise baseada em uma teoria das funções, a diferença entre argumento e função não passa de uma sublimação da distinção entre sujeito e predicado, sendo este último simplesmente uma forma de representação, “um molde teórico uniforme que impomos sobre a heterogeneidade da linguagem, escondendo o fato de que “há inúmeras formas lógicas distintas”” (GLOCK, 1998, p. 290). Portanto, não sendo mais considerado como indicativo de uma estrutura profunda e oculta, descoberta por uma análise lógica. Disto, a gramática atuaria como modo de expressão entre sujeitos, em determinados contextos e de acordo com as várias formas de uso.

Outro aspecto relevante deste modelo, combatido por essa mesma crítica, se dá pela atribuição da privacidade epistêmica a esta subjetividade, privacidade esta que torna os fenômenos mentais - ideias, dados dos sentidos, representações, experiências etc. - inalienáveis, como no exemplo: só eu posso saber que estou com dor, uma vez que só eu a sinto; os outros podem apenas presumir que a sinto, com base em meu comportamento (GLOCK, 1998, p.282). Entretanto, tomando um exemplo prático da vida cotidiana, no sentido de uma radicalização do modelo cartesiano, para tal aspecto se concretizar, colocaria em jogo uma outra dimensão

importante do *status* científico, a validação de suas hipóteses acerca de terceiros em campos como na medicina, ou até mesma na psicologia, tornando impraticáveis a compreensão e intervenção sobre um problema – ainda que seja possível sua discordância.

Embora na consideração do percurso histórico conceitual da discursividade cartesiana seja possível a verificação de suas marcas no discurso científico, ao levarmos em conta a problemática do acesso à introspecção como objeto não palpável, assumindo aqui a descrição e delimitação do constructo que Descartes moldou em sua filosofia (que se daria pelo *cogito*), a realidade que Descartes defende como sendo interna encontra grandes empecilhos para sua validação. A herança propriamente dita do legado cartesiano se encontra no modo como concebemos uma determinada imagem do que ficou estabelecido como consciência, intelectualidade e assim por diante. O *cogito*, por mais que não expresse em termos de um objeto designação, ao menos não em termos efetivos do que uma investigação busca, encontra-se tão somente como possuidor de uma realidade imperativa assegurada por sua máxima – penso, logo, sou”.

Assim, como fundamento axiomático, o *cogito* expressa-se como proposição “irrefutável”, devido sua ação contínua em termos de seu emprego sintático e do desenvolvimento, através das meditações, de sua significação. Com isso, a formação de sentenças, frases e expressões, partindo aqui da característica da sentença cartesiana, demonstra-se propícia a análise de como se dá uma atividade lógica, uma vez que, sua armação gramatical indica o movimento tomado por seu sentido. Desse modo,

A proposição “eu penso” será considerada o fundamento do conhecimento porque sua certeza é demonstrada a cada vez que o sujeito faz a afirmação, considerando que tudo o que se passa na mente é, por meio da introspecção, experimentado e observado diretamente pelo sujeito (DONAT, 2012, p.175).

Com isso, o fundamento cartesiano, ainda que passível de questionamento, em uma investigação acerca do uso dos conceitos psicológicos, em sua articulação com

o quadro exposto acerca da emergência da subjetividade, encontra-se como *status quo* do que até tempos atuais considera-se como pensamento e em decorrência deste, subjetividade, introspecção. Por assim dizer, a pretensão objetiva cartesiana, encontra-se circunscrita em uma atividade subjetiva que em sua convenção acaba por possuir a “qualidade” de clareza - transparência -, devido ao pacto “passado de geração em geração que molda nossa forma de agir em relação uns aos outros” (DONAT, 2012, p.182). A partir disto, a filosofia de Wittgenstein, segundo Peruzzo, permite o distanciamento do modelo cartesiano ao introduzir a ideia básica de que “referir-se a algo não é redutível a um mero processo mental” (MARQUES, 2003, p.35, apud, PERUZZO, 2011, p. 37). Assim, de acordo com Wittgenstein a “significação não está na mente – em algo privado ou subjetivo – mas em algo intersubjetivo” (GIL DE PAREJA, 1992, p.32, apud, PERUZZO, 2011, p. 37).

Logo, o interior encontra-se numa concepção pragmática, uma vez que, “os processos mentais passam a acompanhar as ações em decorrência de as atividades linguísticas estarem a elas associadas” (STOUTLAND, 2008, *apud*, PERUZZO, 2011, p.37). No caso do modelo cartesiano, como um dos pilares para a refutação Wittgensteiniana acerca da questão do interior, sua ontologia encontra-se superada já que, para Wittgenstein não se trata da formulação de ontologias, mas, sim, da superação de um enquadre fundamentalista que esse tipo de formulação produz e dos problemas a nível operatório que estas ensejam.

2. O argumento (contra) da linguagem privada e a forma de vida (Lebensform)

Na tentativa de superação de uma confusão ocasionada entre questões conceituais e factuais próprias à metafísica, Wittgenstein recorre a uma reformulação gramatical amparada no reconhecimento da dificuldade de bem delimitar a diferença entre teorias, hipóteses científicas e normas de representação (GLOCK, 1998, p. 166), adotando um outro modelo de interior considerado através da compreensão do caráter público da linguagem, opondo-se à primazia das vivências privadas (PERUZZO, 2011, p.33). Com isso, a exteriorização linguística de nossas vivências, alicerçada na ideia de jogos de linguagem, tem como pano de fundo a noção de que a linguagem é um ato, uma ação em que estão envolvidas dimensões comportamentais e psicológicas (PERUZZO, 2011, p. 32).

Assim, em decorrência desses jogos, um processo de colocação de proposições que servem como referência de sentido, encontra nas práticas constitutivas do que se estabelece por forma de vida, sua ação e representação do/no mundo. Desse modo, à proposição, é atribuído o papel de expressão máxima de nossa linguagem, seja através de usos corriqueiros como “tenho uma dor”, seja através de usos enquadrados em uma atividade de sublimação como o processo de construção da máxima “penso, logo, existo”. Com isso, a problemática da linguagem privada da qual Wittgenstein se dispõe a indicar pontos de inflexão da nossa linguagem, em sua radicalização, explicita a prática de um compartilhamento de sentido(s) e realidade(s) para além do privatismo ontológico e epistêmico.

Logo, falar de Jogo(s) de linguagem e de uma forma de vida implica “no uso que Wittgenstein faz do termo forma de vida a ênfase, em contraposição a um modelo personalista, no entrelaçamento entre cultura, visão de mundo e linguagem” (GLOCK, 1998, p.173). Portanto, uma forma de vida é uma formação cultural ou social, a totalidade das atividades comunitárias em que estão imersos os nossos jogos de linguagem (GLOCK, 1998, p.173), sendo a concepção cartesiana compreendida como uma forma de expressão própria a um contexto (ocidente), tempo (modernidade) e com características comportamentais e psicológicas expressas em seu discurso.

Desse modo, ao discurso cartesiano podemos delimitar dois modos de sua colocação no jogo de linguagem, que serão discutidos em paralelo dada a sua imbricação. 1) sua influência sobre um tempo/espço, 2) o domínio da expressão de tal influência sobre outros sujeitos implicados em tal realidade. Assim, a abordagem gramatical de Wittgenstein, relaciona tanto o aspecto de como tal filosofia evidencia uma prática sociocultural amparada em uma expressão linguística de uso comum; como também constitui padrões de comportamento vinculados a essa mesma expressão. Para isso, um exemplo utilizado para tratar destas questões se dá através da gramática das sensações e a sua confluência entre uma dimensão interna (percepção da dor) e outra externa (quando na necessidade de comunicação de tal percepção), acabando por dirimir aspectos metafísicos que colocam em jogo o próprio sentido expressivo da linguagem.

Assim, partindo do primeiro modo de colocação do aspecto gramatical de sua abordagem, passa a ser explorado o domínio das palavras concernentes a um interior historicamente associado ao fundamento da lógica cartesiana – eu sou, eu existo -, que, por sua vez, contribui para os termos e expressões psicológicas. Deste modo, como parte de nossa história natural, como sujeitos culturais possuidores de uma história e usuários de linguagem, para Wittgenstein, é preciso estabelecer uma diferença entre formas de vida e a natureza humana comum na qual elas se enraízam. Entretanto, tal abordagem (a maneira do marxismo e do pragmatismo) não enfatiza a nossa natureza biológica inflexível, mas sim nossa prática histórica (GLOCK, 1998, p.15).

No exemplo da sensação, no caso da dor, o que é nomeado por dor pode assumir características diversas a depender do jogo de linguagem e contexto. Contudo, isto não implicaria em uma dificuldade de compreensão do que um indivíduo nomeia por dor, como um tipo de particularidade que lhe seja própria ou até mesmo como uma dificuldade da inteligibilidade de sua própria expressão de dor. Mas antes, no reconhecimento de que este indivíduo ao se reportar a esta sensação fala de um lugar comum, encontrando-se circunscrito em um jogo de linguagem. Assim, ao assumir o singular do termo forma de vida, no sentido de um compartilhamento de

significados amparado em um contexto e uma história própria a esse contexto, fica enfatizada a publicização da linguagem e esta como signo humano.

Já no segundo modo, a essa expressão comum, é relacionada a noção de uma instância interna, pertencente de modo peculiar a um indivíduo e partindo de uma suposta compreensão da existência de tal instância. Contudo, esta é esvaziada de sentido quando em uma revisão do fundamento cartesiano. Com isso, no entendimento de que o atravessar de sentidos externos oferece ao campo gramatical o partilhar desses mesmos sentidos, não se torna possível uma real comprovação de um domínio isolado e auto suficiente, que se daria pela introspecção, já que diante da existência de uma linguagem tão particular a sua própria comunicação/compartilhamento de sentidos não seria possível - isto dentro do entendimento de que apenas seu detentor teria domínio de seu significado (PERUZZO, 2011, p.51).

Como consequência, a possibilidade de uma tal linguagem privada, no sentido de formas de vida como tipos individuais de personalidade, teria grandes empecilhos para a sua efetividade, já que este partilhar seria permeado por uma diversidade de razões e normas exclusivas, o que configuraria uma grande disputa de lógicas individuais, impossibilitando, por assim dizer, uma publicização dialógica, pairando sempre a possibilidade de um eterno mal-entendido insuperável. Todavia, ainda no exemplo das sensações, quando o registro de uma determinada sensação se dá, a própria ação de nomear ou descrever um denominador comum como a sensação, já indica, por assim dizer, um compartilhamento de sentidos, uma vez que, “para a compreensão de uma expressão tão comum como a dor, muita coisa precisa estar preparada para a delimitação de sua forma enquanto pertencente à linguagem utilizada” (WITTGENSTEIN, 1999, p.101, §257).

Desse modo, partindo de uma pluralidade de formas de vida, sem assumir uma visão personalista, a compreensão fica a cargo de um equivalente, que se daria pelos fatos da vida. Assim, "os fatos da vida listados não constituem uniformemente jogos de linguagem. São, em vez disso, padrões específicos de comportamento que, juntos,

constituem uma forma de vida” (GLOCK, 1998, p.174). Esta diferença torna-se importante, pois demonstra a especificidade da discussão proposta por Wittgenstein, a partir da consideração do aspecto cultural e social, em articulação a uma compreensão do compartilhamento de sentidos entre sujeitos, atribuindo a intersubjetividade um papel fundamental para as práticas envolvidas nos jogos linguísticos.

A partir disso, um outro aspecto da problemática que recai sobre o papel da linguagem privada em nosso sistema linguístico é destacado através da preocupação com aspectos conceituais de uma ideia de ciência. Assim, a diferença entre aspectos ideológicos a aspectos pragmáticos opera uma noção de como o envolvimento nos jogos de linguagem coloca razões de ordem da simplicidade e de poder explanatório (GLOCK, 1998) fazendo notar o uso de elementos discursivos como principal aporte para nossas práticas em um combate ao imperialismo científico. Assim,

No que diz respeito as práticas linguísticas, Wittgenstein não adota um naturalismo determinista, mas antes um relativismo cultural, que decorre do relativismo conceitual presente na ideia da autonomia da linguagem. Nega-se, em tal relativismo conceitual, apenas a ideia de que nossas formas de representação estejam sujeitas a padrões metafísicos, a uma pretensa essência da realidade, mas não que possam sujeitar-se a padrões pragmáticos (GLOCK, 1998, p.176).

Com isso, “uma diferença bem marcada entre os elementos empíricos da ciência e seus elementos apriorísticos, associando estes últimos a natureza da representação” (GLOCK, 1998, p.83), contribui para o afastamento de concepções metafísicas em que a ciência é assumida como medida de todas as coisas. Logo, os aspectos culturais e sociais são evidenciados como parte do repertório representativo do sujeito que cria teorias e hipóteses, sendo o contexto deste mesmo sujeito como parte da gramática de sua proposição. Assim, uma ideia de ficção gramatical é entendida como explicitação da compreensão entre aspectos de uma realidade gramatical compartilhada, mas que não necessariamente se dá aprioristicamente. Assim, não tendo mais uma compreensão privatista em que, tais hipóteses, teorias e

conceitos aparentam se dar de modo racionalizado, assumindo como única perspectiva o pensamento ocidental

De acordo com Wittgenstein, falar em uma ficção gramatical não justifica falar em uma relação de simulação de comportamentos (WITTGENSTEIN, 1999, p.180, §307), esta posição colocaria sua filosofia do mesmo lado de concepções como o behaviorismo. Em sua realidade filosófica, ficção gramatical enquadra uma série de performances inseridas em um determinado jogo de linguagem, como no exemplo cartesiano e a concepção “Os homens são conscientes”. De acordo com Donat (2012),

As proposições dessa linguagem vão se condensando em proposições gramaticais, as quais determinam o papel que a subjetividade tem em nossa vida, condicionando nossas ações em relação a estes seres que consideramos conscientes e mesmo as nossas ações em relação a nós mesmos. A ausência de dúvida em relação a estas proposições se fundamenta no fato de estas serem proposições gramaticais, ou seja, elas fazem parte dos conjuntos de regras que definem o conceito de ser humano e como tal elas estão na base dos jogos de linguagem (DONAT, 2012, p.182).

Desse modo, ao pensamento são atribuídas relações externas, constituintes de uma prática comunitária, tendo como plano de compartilhamento a linguagem. Por conseguinte, a ideia de que aquilo que é o fundamento não é proposicional, mas sim uma forma de agir, e que é a ação que está em sua base (DONAT, 2012, p. 179), faz avançar o aparato Wittgensteiniano em prol de uma superação da ideia de consciência voltada para uma instância interna. De acordo com isso, ao assumirmos o que consideramos ser um fundamento em nossa construção de sentidos como resultante de uma postura que constitui uma normatividade, a ação de uma proposição - sentença, máxima - acaba se encontrando como mais uma forma de prática de um pacto linguístico. Segundo Jones (1975), *“To say that he is thinking is to say that a whole characteristic pattern of action is going forward—including, but not limited to, certain verbal expressions”* (JONES, 1975, p. 390).

Já no plano de um sentido, da delimitação de uma lógica, pensar em sua essência apresenta uma ordem, “a ordem a priori do mundo, isto é, a ordem das possibilidades que o mundo e o pensar em conjunto têm que ter. Essa ordem, no

entanto, tem que ser, ao que parece, altamente simples” (WITTGENSTEIN, 1999, p.76, §97) ao que Wittgenstein expõe,

[...]Estamos na ilusão de que o especial, profundo, essencial para nós na nossa investigação, se situa em que ela tenta apreender a incomparável essência da linguagem. Isto é, a ordem que existe entre os conceitos de proposição, palavra, inferência, verdade, experiência, e assim por diante. Essa ordem é uma super-ordem entre – digamos – super-conceitos. Enquanto que, na verdade, as palavras “linguagem”, “experiência”, “mundo”, quando têm uma aplicação, têm que ter uma tão modesta quanto as palavras “mesa”, “abajur”, “porta” (WITTGENSTEIN, 1999, p.77, §97).

Assim, a linguagem partindo do conceito de formas de vida, estabelece-se em uma ligação com as diversas práticas (linguísticas e não linguísticas) do agir humano (PERUZZO, 2011), em que o uso de expressões comuns não acarreta no fato de que tais expressões careçam de significado ou de sentido próprios. É justamente através das práticas sociais que governam estas expressões e de como este uso é dado, que podemos pensar em uma forma de vida. Deste modo, o conteúdo psicológico é considerado como algo essencialmente vivencial e especificamente humano (PERUZZO, 2011, p. 60). Assim, a esta linguagem, liga-se uma conduta comum a humanidade, numa base constituída por uma concordância em reações primitivas, o que equivale dizer, em tipos de conduta pré-linguísticas (VALLE, 2005, p.67, *apud*, PERUZZO, 2011, p. 59).

Neste sentido, à linguagem privada, atribui-se o fato de como certas concepções moldadas sobre o real, seja através de modelos, sistemas, teorias e hipóteses, encarregam-se da tarefa de oferecer uma visão “simplificada” e “mais clara” sobre o mundo. Entretanto, de acordo com a crítica ao exemplo cartesiano, passa-se a questionar o próprio sentido de clareza e objetividade, uma vez que, é reconhecido o compartilhamento de sentidos e sua transmissão entre sujeitos através da concordância de juízos não expressos quando no uso linguístico de nossos referenciais simbólicos. No mais, a esta concepção e a tantas outras dela derivadas, resta uma tentativa de significar de modo fiel nossas impressões acerca do mundo e de nós mesmos, tendo como principal influência a concepção internalizada de subjetividade.

3. exteriorização

§308. Como é que se chega ao problema filosófico dos processos e estados mentais e do behaviorismo? — O primeiro passo é totalmente imperceptível. Nós falamos de processos e estados, e deixamos a sua natureza sem decisão! Nós talvez até saberemos mais sobre ela alguma hora – queremos dizer. Mas, precisamente, nos comprometemos dessa maneira a um determinado modo de observação. Pois temos um conceito determinado do que significa: conhecer um processo mais de perto. (O passo decisivo na prestidigitação está dado, e, justamente, ele nos parece inocente.) – E agora cai em decadência a comparação que nos deveria tornar inteligíveis nossos pensamentos. Nós teríamos que, portanto, negar o processo ainda não compreendido em um meio ainda inexplorado. E, assim, parecemos, portanto, ter negado os processos mentais. E, naturalmente, não queremos negá-los, é claro! (WITTGENSTEIN, 1990, p. 180).

Com a pergunta que inicia o parágrafo §308 do grupo de argumentos (243-315) acerca da linguagem privada, Wittgenstein expressa um problema central para abordagens que se distinguem em suas lógicas, mas derivam de um mesmo fundamento, no caso a oposição mente x corpo (dualismo). Tais abordagens – ex.: o mentalismo e o behaviorismo – exteriorizam uma disputa acerca de realidades pretendidas como efetivas para o problema do conhecimento (epistemologia) e da natureza humana (ontologia).

Entretanto, quando investigadas em uma perspectiva panorâmica de seu conteúdo e discursividade, suas teorias e proposições, em uma radicalização de seus argumentos – no caso de sua real comprovação e atuação com seus agentes e entorno – demonstram-se, dentro da perspectiva wittgensteiniana, com algumas fissuras em sua estrutura. Na tentativa de demonstrar tais fissuras, Wittgenstein explora exemplos acerca da experiência ordinária no intento de realizar uma inversão do modo pelo qual lidamos com a linguagem.

Assim, ainda que se possa indicar uma possível não relação com o sistema e esquema cartesiano acerca de um inatismo racionalista, mental – como por

exemplo, com o Behaviorismo e sua abordagem comportamentalista -, no mínimo, o modo de proceder em uma investigação e criação de um método, demonstra-se como grande marca do pensamento cartesiano. Logo, a escolha entre estas aparentes polaridades – corpo e alma - não se dá à toa. É justamente na concepção cartesiana de como corpo e alma funcionam que obtemos o que posteriormente e contemporaneamente ainda é considerado como ganho para o fazer científico, no caso, a ideia de uma prática objetiva.

Contudo, o embotamento de como a ideia de uma atividade mental atua em nossas práticas, torna a comunicação enfraquecida dada a sua aparente complexidade, fazendo notar como o fundamento da metafísica cartesiana repercute em nossa dimensão simbólica de modo irrefletido. Em um outro exemplo acerca da apreensão das palavras por essa via interna, fornecido pelo fragmento dado por Agostinho em que as palavras são aprendidas na primeira infância de modo intuitivo, Wittgenstein explora “o conceito geral de significado das palavras envolvendo o funcionamento da língua com uma bruma que torna impossível a visão clara (WITTGENSTEIN, 2022, p.9).

No entanto, como afastamento do modo privatista de conceber nosso uso linguístico, a defesa por um estudo que busque “nas manifestações da linguagem sua compreensão por tipos pré-linguísticos do seu emprego, nos quais se pode ter uma visão geral clara da finalidade e do funcionamento das palavras” (WITTGENSTEIN, 2022, p.9), assume a finalidade do filósofo em cumprir sua crítica contra uma agenda metafísica internalista. Assim, a abordagem de Wittgenstein tem o mérito de iluminar papéis mais importantes que as proposições desempenham em nossas atividades linguísticas (GLOCK, 1998, p.291), fazendo com que os aspectos psicológicos de nossa discursividade ganhem um maior acerto conceitual. De acordo com Oliveira (2014),

[...] ao mirar o domínio expressivo da linguagem, a análise lógica pode amplificar uma tal concepção de linguagem, aplicando-a a situações conceituais novas e reconhecendo às expressões psíquicas o direito de cidadania no âmbito do sentido (OLIVEIRA, 2014, p.67).

Com isso, o espaço das ocorrências de nossa expressividade psicológica ganha a possibilidade de uma inteligibilidade, uma vez que, passa a ser admitido como a variabilidade de fatos linguísticos encontram em uma dinâmica relacional aspectos normativos que configuram características constituídas nos moldes de ação comunitária. O reconhecimento da atuação de proposições e sua decorrência epistêmica, tornam a discursividade como principal atuante de nossas expressões, seja a nível individual, como uma sensação de dor ou uma emoção como a alegria; seja a nível de configuração de regras para o empenho das relações sociais.

Assim, ao escapar de uma narrativa essencialista, que torna a dimensão psicológica como um tipo de “ver por trás”, um mistério de natureza imprecisa, e, ao evidenciar a atividade prática da linguagem, uma revisão dos critérios considerados para a construção do significado torna-se uma das prioridades da filosofia de Wittgenstein. Com efeito, o que denominamos por subjetividade e atividade interna, tornam-se alvo de uma reconsideração de aspectos fundamentais.

Assim, a ampliação do domínio do sentido sobre a qual insistimos é acompanhada de uma nova concepção dos elementos que determinam o sentido das ações simbólicas e não simbólicas que tem lugar nos jogos de linguagem. Não basta dizer que os elementos de determinação do sentido são articulados em interação com ações e reações que tem lugar nos jogos de linguagem, que não seriam possíveis sem o exercício de tais elementos lógicos. É preciso compreender como expressões psíquicas poderiam desfrutar de cidadania no reino do discurso significativo, haja vista sua característica indeterminação. Por essa razão, as expressões psíquicas representam um desafio à concepção prática do sentido, sendo exploradas por Wittgenstein. No entanto, pela análise lógica, essas expressões passam da condição de desafio à constituição do sentido à de ilustração gramatical de que o sentido se arma no interior dos próprios jogos cujo funcionamento depende dos elementos que determinam o sentido. Por essa perspectiva, a concepção dos elementos cujo exercício possibilita os jogos como constituídos numa forma de ação desempenha um importante papel nessa nova concepção prática do significado, que não mais permite reduzir a linguagem ao modelo dos enunciados declarativos por compreendê-los como apenas mais um uso possível (OLIVEIRA, 2014, p.67).

A partir disso, a investigação passa a indagar acerca da consideração gramatical do uso dos termos e enunciados psicológicos tal como se apresentam no cotidiano (PERUZZO, 2011, p.56). Assim, de acordo com Wittgenstein, ao significar as palavras referente às vivências interiores, não estamos expressando uma

interioridade, que se refere a uma subjetividade isolada em si mesma, mas antes, a apreensão deste significado de tais vivências a partir de seu emprego (PERUZZO, 2011, 56). Por consequência desta postura, a realidade deixa de ser um conceito fundamentalmente metafísico, e passa a ser vista como expressão dos constituintes das partes do mundo (PERUZZO, 2011, 57). Acerca de sua concepção gramatical Glock (1998) coloca,

[...] a linguagem é uma atividade guiada por regras. (a) Assim como um jogo, a linguagem possui regras constitutivas, as regras da gramática. Distinguindo-se de regras estratégicas, as regras gramaticais não determinam que lance/proferimento terá êxito, mas sim aquilo que é correto ou faz sentido, definindo, dessa forma, o jogo/linguagem (GLOCK, 1998, p.225).

[...] Aprendemos o significado das palavras aprendendo a utilizá-las, da mesma forma que aprendemos a jogar xadrez, não pela associação de peças a objetos, mas sim pelo aprendizado dos movimentos possíveis para tais peça (GLOCK, 1998, p.225).

Desse modo, a relação concedida ao anímico considerado como uma forma/representação lógica em que este se dá através da construção de proposições significativas, enfraquece a ideia de um domínio que, aparentemente, recusa-se a expressão. Este enfraquecimento parte da escolha metodológica de Wittgenstein como uma característica da maneira como, segundo ele, a linguagem se estrutura (OLIVEIRA, 2014, p.72). A partir desta postura metodológica, questões concernentes a uma investigação de aspectos psicológicos são tratadas de modo que busque dissipar parte da perspectiva metafísica sobre o anímico. Logo, o exemplo utilizado no parágrafo §308 retiradas das IF, permite uma ideia de como este problema surge e passa a ser ressignificado.

De acordo com o argumento wittgensteiniano, ainda na compreensão do idealismo e do fenomenalismo que, dispensam o mundo físico, mas apegam-se a imagem da mente como um teatro imaterial privado ao qual temos acesso imediato (GLOCK, 1998, p.218), a compreensão de que temos acesso privilegiado a fenômenos mentais acarreta em uma segurança característica que, por sua vez, recai na exclusão gramatical de justificativas para a auto atribuição de uma experiência ao

assumir apenas os dados do pensamento como próprios e dados a introspecção. Contudo, esta exclusão não demonstra que possuímos um acesso imediato e infalível à mente pela introspecção. Da mesma forma, a ininteligibilidade da dúvida ou da ignorância não constitui certeza ou conhecimento infalível - apenas impede igualmente a sua inteligibilidade (GLOCK, 1998, p.285).

Consequentemente, os enunciados “processos e estados anímicos” fazendo parte de um discurso próprio ao campo do mental, acabam recaindo na concordância sobre como, quando ao nos depararmos com este tipo de fenômeno (psíquico), acabamos ficando refém de uma série de acontecimentos/fatos que escapam a nossa compreensão, em que a falta de uma descrição/explicação acerca de determinados aspectos da experiência, nos faz recorrer a uma postura que posterga um reconhecimento prático de tais problemas, tendo, em contrapartida, a impressão de que mais adiante conseguiremos dominá-los profundamente, como se sua apresentação estivesse diretamente relacionada a um raciocínio independente de nossa prática e experiência, mas que atua de modo intuitivo com este tipo de questão.

Todavia, no reconhecimento da linguagem em sua ação de constituição de sentidos e significados, o espaço entre o interno e externo passa a ser assumido como nova condição de possibilidade para o que passa a ser considerado de maior importância em um movimento posterior. Com isso, uma noção de regra como parte fundamental dos jogos de linguagem é envolvida no entendimento de que através do tecido social é moldado e passado de pessoa a pessoa, geração em geração (DONAT, 2012) a absorção de critérios compartilhados. Assim, as expressões de dor e a concordância com as práticas comunitárias (mesmo sua discordância), faz notar um acordo tácito que caracteriza o campo da linguagem como possibilitador de compreensões menos turvas acerca dos enunciados psicológicos.

Seguindo sua argumentação contra a linguagem privada, no parágrafo §244 Wittgenstein expõe o seguinte exemplo: Uma criança, que ainda depende de seus genitores para executar funções e necessidades básicas, tais como comer, tomar água, tomar banho e se deslocar, já em um estado de desenvolvimento motor,

“engatinha” pela casa, e em um dado momento tenta, através de um apoio em uma mesa, levantar-se, sustentar-se em seus dois pés. A criança ainda sem a capacidade de calcular a distância entre sua cabeça e uma barra que se coloca atravessada na mesa, consegue erguer-se, mas, com esse avanço, esbarra na barra citada, machucando a cabeça. A pancada foi das mais leves, uma vez que a criança aparenta não compreender o que aconteceu: ora faz que vai chorar, ora fica em aparente confusão. Seus pais, observando tudo, quando notam que a criança está prestes a chorar correm em sua direção, seguram-na no braço e começam a brincar como modo de distração para o que eles tomam como uma “dorzinha de nada”. A criança, ainda sem entender e vez ou outra oscilando entre chorar ou simplesmente seguir confusa, em um dado momento cessa as ameaças de choro.

Pode-se, portanto, pontuar que, “estar com dor é uma coisa, mas ter a percepção de que se está com dor é algo inteiramente diferente” (MASLIN, 2009, p.28). Assim, como comportamento primitivo, convencionalmente, o choro é substituído parcialmente por uma expressão, no caso, a expressão “tenho uma dor” ou “estou com dor”. Logo, sendo um critério para que terceiros atribuam dor ao falante em uma descrição - “ele tem uma dor”. Todavia, para que a identificação de algo como uma expressão de dor seja assumida, seja por seu portador, seja pelo reconhecimento de terceiros, outro critério precisa estar em jogo. Assim, uma situação de concordância é necessária para que o próprio ato expressivo faça sentido, sem isto, seja para o aprendizado do que pode ser expresso por dor, seja para a inteligibilidade desta expressão para comunicação com terceiros, a linguagem como instrumento de comunicação não se realiza.

Agora, digamos que a reação da criança sirva para ela, e somente para ela, a ter uma “melhor” relação com seu corpo, ou, segundo Wittgenstein, que ela invente um nome para sensação por si mesma, na hipótese de que a criança seja um gênio (WITTGENSTEIN, 2022, p.160). Se, ao invés da intervenção de seus pais, a criança fosse deixada em sua reação, chorando, até que em um dado momento, seja por que ninguém a acudiu, seja por que pouco a pouco o cansaço de chorar pesasse

mais que a dor da batida na cabeça, o que isso representaria? No mínimo, algum nível de desenvolvimento de uma linguagem privada.?

Os pais da criança, talvez menos adeptos a fazer a criança escapar de um mundo de “dor e sofrimento”, no primeiro exemplo, e na segunda possibilidade, estivessem apenas observando e apenas isto, até o momento em que o choro cessasse. Em um segundo exemplo, após passar por várias situações similares, e já dentro do contexto escolar, essa mesma criança brinca em um pátio com alguns colegas de mesma idade. Por acidente, um de seus colegas cai de um brinquedo, e ao cair, quebra o braço e começa a chorar de dor, sem nenhum supervisor por perto, os colegas, dentro de uma perplexidade “convencional” começam a correr a procura de algum adulto, e a criança do primeiro exemplo fica plantada, apenas observando o colega machucado chorar. Ao ser questionado por qual motivo não agiu como os outros colegas, a criança nº 1, não consegue responder.

Posto isso, ao ser suprimida em sua reação e ao não passar pelo processo de ensino – aprendizagem, não sendo inserida nos jogos de linguagem que lhe sejam próprios, a criança encontra-se fora do entendimento das regras comunitárias. De acordo com a compreensão de Wittgenstein a pergunta “Como palavras se referem *a sensações*?” indica uma atividade introdutória da linguagem, por vezes, performada inconscientemente dado o seu uso cotidiano, ajudando a compor o quadro referencial deste exemplo, sobre ela o filósofo discorre:

[...], mas como vem a ser estabelecida a ligação do nome com o denominado? A pergunta é a mesma que: como uma pessoa aprende o significado de nomes de sensações? Por exemplo, da palavra “dor”. Esta é uma possibilidade: as palavras vêm a ser ligadas com a expressão original, natural, da sensação, e colocadas no seu lugar. Uma criança se machuca e grita; os adultos, então, falam com ela e lhe instruem com exclamações, e, mais tarde, sentenças. Eles ensinam à criança um novo comportamento de dor. “Você diz, então, que a palavra ‘dor’ realmente significa o grito?” – Pelo contrário; a expressão verbal da dor substitui o grito, não o descreve (WITTGENSTEIN, 1999, p.98).

Portando, às proposições gramaticais, diferentemente das proposições empíricas, ocupam um papel distinto na nossa linguagem, pois estas proposições

expressam certeza e como tais não demandam justificações, evidências, não são verdadeiras nem falsas e, por isso, não estão sujeitas a dúvida (DONAT, 2012, p. 177). Como parte da armação a partir da qual nossa linguagem funciona ... [Os seres humanos] concordam na linguagem que utilizam (GLOCK, 1998, p.307). Logo, em um ato de concordância, os efeitos desta não se tornam isolados, mas antes, intrincados em uma forma de vida comum a todos, o que torna possível falarmos de uma espécie naturalismo linguístico.

Assim, torna explícito como um sistema de referência que serve de base e apoio para o desenvolvimento das nossas ações e da nossa linguagem é herdado, como pressuposto em outros ensinamentos (DONAT, 2012, p.178). O que significa dizer que, no exemplo da criança e de sua sensação de dor, a supressão por parte de seus pais a uma determinada reação - que lhe seja natural como humana – coloca em seu lugar uma expressão de linguagem também tão comum quanto o uso de palavras, no caso, o silêncio, a falta de reação. Ao não passar pelo processo de ensino aprendizagem do que seria uma reação convencional para a dor, a criança acaba por não participar dos jogos de linguagem que constituem a forma de vida, em que “nossas atividades Linguísticas e não linguísticas são condicionadas por certos “fatos da natureza”” (GLOCK, 1998, p.307).

Portanto, a linguagem encontra na publicização de seu uso o caminho para o privado através da noção de que, para a linguagem se instaurar enquanto modo compartilhado, enquanto normatividade, tem em seu uso regrado da ação a viabilidade para troca de sentidos e o reconhecimento de expressões. Sem isso não seria possível a comunicação, a expressividade. Com isso, uma mediação intersubjetiva torna-se explicitadora da função linguística enquanto conduta social da espécie (PERRUZO, 2011, p.59). Tal conduta, seria propagadora das expressões dos jogos linguísticos, uma vez que estes encontram-se como descritivos das formas como cada contexto, dentro de suas regras e práticas constituem o sentido de suas expressões linguísticas (OLIVEIRA, 2006, p.139, apud, PERUZZO, 2011, P.56). Para isso, enquanto dimensão simbólica em nosso “entendimento”, uma moral/ juízo atua como regramento para o que se concebe dentro dos jogos de linguagem, ou seja, do entendimento de um acordo tácito do que seria aceito sem grandes manifestações em suas práticas/atividades.

4. CONCLUSÃO

A categoria da certeza como principal característica das proposições gramaticais, demonstra o alcance da linguagem como forma de vida, uma vez que enfatiza o surgimento da linguagem como vindo de um instinto humano primitivo, em que o agir se constitui como base de nossas práticas humanas. Assim, ao racionalismo e concepções amparadas nos dualismos, restaria apenas uma forma de proposição não natural, mas antes, uma armação factual, em que suas proposições ficam à mercê de critérios de verdade e falsidade, deparando-se com a limitação de seus argumentos.

À linguagem e sua compreensão de modo mais amplo, cabe o papel de simplificar este tipo de atividade sublimatória do pensamento (que se daria pela

tentativa de sublimação de processos/estados internos) ao resgatar a inteligibilidade de nossa psicologia, tratando-a a partir de considerações lógicas implicadas em uma normatividade acordada e performada em comunidade. Assim, os aspectos físicos e externos ganham relevância devido o reconhecimento do quadro referencial de nossas interações/relações e como este quadro é constituído a partir de uma natureza intersubjetiva.

Desse modo, ao anímico passa a ser concedido um lugar de possibilidade de expressão de espaços que, dentro da lógica privatista, encontram-se tomados por confusões conceituais, desacordos e dogmatismos dos mais variados. Assim, ao retirar desses mesmos espaços o abarrotamento que, se pretendem dominadores da realidade e dos sujeitos que a compõe, e, após isso, nos permitirmos olhar para nossas expressões de modo mais destituído desses tipos de rigidez epistêmica, o alcance a uma visão panorâmica tornaria possível o direcionamento a questões de caráter mais efetivo em relação a nossa ação com o mundo e nossa comunidade.

Com isso, um afastamento de idealismos dos mais diversos tornaria possível o não comprometimento com categorias isoladas do pensamento, mas antes, abriria caminho para a construção de sentidos e espaços realmente compartilhados, em que os antagonismos presentes em nossas práticas linguísticas enfatizariam a dimensão real de nossa realidade expressiva.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**, 5. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007. Disponível em:

https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2012/04/nicola_abbagnano-dicionario-de-filosofia.pdf . Acesso em 20 de outubro de 2024.

COMTE, Auguste. **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

DE ANDRADE, Eloísa Benvenuti. O projeto epistemológico cartesiano. **Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 1, n. 01, p. 133-149, 2009.

DE OLIVEIRA, Wagner Teles. **A Filosofia da psicologia e a gramática da certeza em Wittgenstein**. Tese (Doutorado em filosofia) - Faculdade de Filosofia e ciências humanas da universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.

DESCARTES, R. **As meditações de filosofia primeira**; Fausto Castilho. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

FIGUEIREDO, L. C. M.; SANTI, P. L. R. **Psicologia uma (nova) introdução**: uma visão histórica da psicologia como ciência. 3ª. São Paulo: EDUC, 2008.

GLOCK. Hans-Johann **Dicionário Wittgenstein**; Helena Martins; revisão técnica, Luiz Carlos Pereira. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

HACKER, P. M. S. **O argumento da linguagem privada**. Critica, 2009.
Disponível em: <https://criticanarede.com/linguagemprivada.html> . acesso em 12 em novembro de 2024.

JONES, William Thomas. **The twentieth century to Wittgenstein and Sartre**. Harcourt Brace Jovanovich, 1975.

MASLIN, K.T., Introdução à filosofia da mente; Fernando José R. da Rocha. - 2.ed.- Porto Alegre: Artmed, 2009.

MILMAN, Luis. **Critérios epistemológicos da teoria da verdade de Descartes**. Veritas (Porto Alegre), v. 41, n. 161, p. 97-109, 1996.

PERUZZO JÚNIOR, Léo. **Wittgenstein**: o interior numa concepção pragmática. Curitiba: CRV, 2011.

SILVA, João Carlos Salles Pires da (Org.). **Certeza** - Salvador: Quarteto Editora, 2012.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas** (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1999.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. João José R. L. de Almeida. Curitiba: Horle Books, 2022.